

EM QUE DIMENSÃO A POLITICA EXTERNA BRASILEIRA PODE SER HISTORICAMENTE ROTULADA COMO AUTONOMA. SOMOS MAIS OU MENOS AUTONOMOS DO QUE EM RELAÇÃO À ÉPOCA DO SISTEMA INTERNACIONAL BIPOLAR?

José Alberto Antunes de Miranda

Resumo

O objetivo desse artigo é fazer uma reflexão com relação ao grau de autonomia alcançado pela política externa brasileira desde a política externa independente até os nossos dias. Grande parte das soluções para o encaminhamento de nosso desenvolvimento e com isso a conquista de maior autonomia passa por questões além das sistêmicas e que são fundamentais para qualquer nação madura. Parte dessa solução está no Brasil uma vez que a elite brasileira continua a não ter sensibilidade em relação à importância estratégica da necessária diminuição da desigualdade social do país na busca pelo desenvolvimento.

Palavras chaves

Política Externa, Autonomia, Desenvolvimento

Abstract

The purpose of this article is to make a reflection about the level of autonomy reached by Brazilian foreign policy since the Brazilian Independent Foreign Policy until our days. Most part of the solutions to the set out of four development and with this the achievement of higher autonomy pass by questions apart from systemic and that



are very important for any mature country. Part of this solution is in Brasil as brasilian elite continues to not give strategic importance to the necessary reduction of the social inequality of the country in achieve development.

Key words

Foreign Policy, Autonomy, Development

Para fazer uma análise da política externa brasileira explorando seus momentos de maior ou menor autonomia seria adequado fazermos uma reflexão histórica da evolução da mesma, mais especificamente, a partir da Política Externa Independente (PEI) até os dias de hoje. Somos mais ou menos autônomos do que no período da guerra fria?

Para fins desse estudo adotaremos o conceito de autonomia entendida como a capacidade para tomar decisões de forma independente de desejos, ordens ou preferências de outros Estados. (Russell & Tokatlian, 2003) Ou ainda nas palavras de Horácio Lafer (1959) [...] “o exercício da autonomia significa preservar a liberdade de interpretação da realidade encontrando soluções brasileiras para os problemas brasileiros”.¹

A PEI promovida durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, apresentava elementos de ruptura e continuidade distintos do governo Kubitschek. A partir dos anos 60, Jânio quadros apresenta uma proposta evidente de ruptura, quando em seu artigo a revista *Foreign Affairs* salientava que o Brasil abandonava a diplomacia inócua e subsidiária de uma nação com interesses dig-

¹ LAFER. Horácio. Discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores em 4 de agosto de 1959. Ministério das relações Exteriores/departamento de imprensa Nacional, 1961, 83.



nos, mas estrangeiros.² Afonso Arinos, chanceler de Quadros e intelectual experiente só irá ver estabelecidos as propostas da PEI no governo seguinte. A PEI estará em contraposição a um ocidentalismo engajado, define-se por um projeto de política externa nacionalista identificando-se, inicialmente, com a versão (Ise-biana), neutralista. Essa corrente de pensamento seguia as propostas de Hélio Jaguaribe que na década de cinquenta afirmava:

*[...] “Para países como o Brasil em fase de desenvolvimento econômico, a posição ideológica representativa e autêntica é a que, acentuando o direito à auto-determinação dos povos e solidariedade internacional em favor do desenvolvimento das comunidades econômicas e culturalmente atrasadas, se oponha a todas as formas de imperialismo e de colonialismo e a todas as soluções de guerra para o ajuste de conflitos”.*³

A PEI foi mais adiante na evolução do processo de busca por mais desenvolvimento, mas que não significava necessariamente mais autonomia. No início da PEI houve dificuldades em transformar em ação política o diálogo norte-sul. Isso deu-se a que, no contexto da guerra fria, os termos políticos como a descolonização e a não-intervenção prevaleciam sobre os econômicos. Em um segundo momento se abandonará o quadro de referencia da guerra fria, conseqüentemente o neutralismo se tornaria sem sentido com a abertura do diálogo direto entre as duas superpotências. A diplomacia brasileira dará continuidade ao discurso desenvolvimentista através de Araújo Castro. O discurso de Araújo Castro apresentava, inegavelmente, a necessidade de uma reforma social com distribuição de renda, visando à construção de um mercado interno. Apesar do discurso dar a entender ser mais autonomista, na prática, as negociações dos termos de intercâmbio, principalmente com os Estados Unidos, jamais ocorreu.

² QUADROS, J. **A nova política Externa do Brasil**, Revista Brasileira de Política Internacional, v. 4, n. 1, 1962:150-156 9. O artigo foi publicado originariamente na revista Foreign Affairs na edição de outubro de 1961.

³ JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**, Textos Brasileiros de política, Rio, 1958, p. 247.



Nesse sentido o Brasil durante a guerra fria passava a adotar o que Gelson Fonseca chamava de “autonomia pela distancia”, ou seja, tentar encontrar espaços de atuação, de inserção internacional à margem da lógica da guerra fria. É aí que a PEI se enquadra muito bem.⁴

O início do regime militar com Castelo Branco não irá trazer grandes discontinuidades à política externa brasileira, o objetivo desenvolvimentista continuará estar presente. Os governos militares trouxeram alguns elementos comuns e constantes na formulação da política externa. A necessidade de preservar o desenvolvimento que leva-se o país a ter mais margens de manobras no cenário internacional e, principalmente, manter boas relações com os Estado Unidos, davam continuidade ao projeto de conquista paliativa de uma maior autonomia. Por outro lado a política externa dos governos militares não deu continuidade a dimensão de melhorar a distribuição de renda do país instituída na PEI.⁵

A mudança na conjuntura internacional em relação à diluição dos blocos colocará a opção pelo alinhamento com os Estados Unidos sem sentido. Nesse período a elaboração da política externa brasileira deveria estar conectada a avaliação das mudanças internacionais a fim de descobrir e situar-se para a remoção dos impedimentos externos que não promovessem o projeto nacional. O velho problema internacional da divisão do mundo em norte-sul torna-se presente.

Como bem apresenta Maria Regina Soares de Lima a inserção semiperiférica da divisão internacional do trabalho trouxe a nova concepção de Estados intermediários. Ou seja, [...] “os atores semiperiféricos tenderiam a constituir-se

⁴ FONSECA, Gelson. **Novos Desafios das Nações Unidas**: prevenção de conflitos e agenda social. Política externa, v. 10, n.1, Paz e Terra, 2001, p. 69.

⁵ Talvez este tenha sido o maior de todos os erros que os governos militares nunca conseguiram visualizar. O projeto de distribuição de renda seria estratégico na busca de uma maior autonomia no plano externo.



em centros de hegemonia regional”. Segundo a autora o Brasil passava a ganhar este status de acordo com os interesses estratégicos, políticos e econômicos da potencia central, no caso os Estados Unidos. A relativa diminuição da importância econômica dos Estados Unidos e a conseqüente difusão do poder no sistema internacional não estariam associados ao surgimento de um estrato de mediadores na periferia, muito pelo contrário. Essa situação permitia que alguns Estados de médio porte desempenhassem um papel internacional mais saliente e autônomo.⁶

No final do regime militar o país encontrou maior espaço para buscar autonomia sem contrariar a potencia hegemônica. A autonomia estava sustentada na formula de alinhamento utilizada por Araújo Castro. O mesmo afirmava: [...] “As relações entre Brasil e Estado Unidos são relações entre dois países soberanos, a serem definidas e conduzidas pelos dois interlocutores, a salvo das distorções provocadas pela ação ou inação de terceiros países. O Brasil não deseja ser confundido com qualquer deles”.⁷

Araújo Castro via de forma clara e bem estruturada que as grandes potencias apoiavam o conceito de interdependência que implicava na diminuição da condição jurídico-política da soberania entre as nações.

Durante a PEI até o governo Médice houve mais continuidades do que rupturas uma vez que os governos militares trataram logo de dar continuidade a um projeto de maior autonomia ao país com o objetivo estratégico de transformar o Brasil em uma grande potencia. A maior ruptura foi sem dúvida a falta de consciência política da elite governante ante a necessidade de se implementar reformas de base essenciais. Esse objetivo a PEI vislumbrou como fundamental

⁶ LIMA, Maria Regina Soares. **A Economia Política da Política Externa Brasileira**: uma proposta de análise. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, n. 12, 1990, p. 8.

⁷ CASTRO, Araújo. **Revista de Segurança e Desenvolvimento**, ADESG-ESG, 1971, Rio de Janeiro, p. 65.



aos interesses estratégicos para melhor inserção autônoma internacional da nação. O modelo de crescimento não foi compatível com o de inclusão social e vice-versa.

O governo Geisel e a Política Externa do Pragmatismo Responsável desenvolveu uma política externa sem discussões semânticas para a promoção do desenvolvimento. O Pragmatismo Responsável representou o aprofundamento da tradição diplomática brasileira estabelecida através de uma continuidade com relação, pelo menos, aos objetivos de longa visibilidade. A diplomacia desenvolvimentista de seu governo adequava-se as mudanças que ocorreram no modelo econômico de sua gestão, promovendo uma nova dimensão nas estratégias externas. Identifica-se um aprofundamento no projeto autonomista econômico.

Por outro lado, esta autonomia econômica esbarra nos limites do modelo de relação que o país possui com os Estados Unidos até então. Por isso, no período do Pragmatismo Responsável, o país busca alternativas para alcançar o desenvolvimento, investindo em outras áreas do globo como Europa e Japão. No plano doméstico Geisel articulou os objetivos de sua política externa sob influência de Azeredo da Silveira. Geisel possuía em comparação com todos os outros governos militares uma visão realista, centralizava as decisões, o que talvez tenha ajudado na condução dos objetivos estratégicos visualizado por seus elaboradores. Não podemos esquecer de que se tratava de um regime de exceção que não precisava dar satisfações ao ambiente doméstico.

Será no governo Geisel que o Brasil dará atenção a uma área quase sempre “tabu” na discussão de política externa no Brasil e a questão da autonomia – o desenvolvimento do programa militar brasileiro. O governo Geisel deslançou o programa militar brasileiro como poucos até hoje.

O contexto internacional nesse momento apresentava-se sob um polícentrismo econômico, bipolaridade política e declínio relativo do poder america-



no o que proporcionava a estratégia desenvolvimentista da política externa, diga-se a busca por mais autonomia, uma maior flexibilidade que resultava da déntente.⁸ A idéia era de não se pleitear a reestruturação do sistema internacional, mas sim de se buscar um melhor posicionamento do Brasil na ordem então vigente. Essa idéia é a que deságua, em certa medida, o conceito de autonomia pela distância.⁹ O obstáculo a um maior universalismo da política externa brasileira será sistêmico. Como bem expressa Gelson Fonseca Jr:

[...] No sistema internacional bipolar, o Brasil vive no campo de hegemonia de uma das super-potências, e essa circunstância define, estruturalmente, os limites de suas opções diplomáticas. Uma das maneiras de conceber os caminhos para ampliar a autonomia, objetivo natural de qualquer política externa, seria, portanto, afastar-se do campo hegemônico, por meio de universalização da política externa.

O afastamento do campo hegemônico se aprofundará com o fim do regime militar. O Brasil define sua linha de elaboração da política externa pelo “universalismo”, desta forma o país salienta sua dupla identidade de país ocidental e também terceiro mundista permitindo-se transitar pelos diferentes pólos, com bem identificou Sonia de Camargo.¹⁰

O processo de universalização da política externa brasileira a partir da instalação do governo civil e que já estava sendo desenhado nos governos anteriores dará prioridade a América Latina. A relação com a América Latina principalmente a Argentina será fundamental frente a qualquer iniciativa brasileira na região. Nesse período o modelo nacional de desenvolvimento inicia fase de crise e contradições. A meta básica continuará sendo a busca por maior autonomia, mas

⁸ O Brasil tomará atitudes ousadas para o momento como reconhecimento de Angola, institui o programa nuclear brasileiro e condena o sionismo na ONU.

⁹ O conceito de autonomia pela distância foi desenvolvido por Gelson Fonseca Junior.

¹⁰ CAMARGO, Sonia de. **Autonomismo e Democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior.** São Paulo, Convívio, 1988, p. 48.



a conjuntura interna e externa reduziam a eficiência do modelo.¹¹ Nesse período teremos redução dramática da margem de permissibilidade do Brasil diante dos choques do petróleo e, sobretudo da dívida. O projeto desenvolvimentista passou a ficar subjugado às decisões de caráter monetário que passavam a ser consideradas como prioritárias. O objetivo da política exterior na manutenção de uma inserção internacional múltipla começa a se tornar cada vez mais difícil. A alternativa regional torna-se necessária e passará a ser o eixo central para a sustentação do projeto desenvolvimentista visando à colocação da produção brasileira nos mercados da América Latina.

A aproximação com a Argentina foi essencial e estratégica, pois se apresentava como uma iniciativa autônoma destes países visando o interesse para promover o desenvolvimento regional. Para o Brasil a boa relação e a convergência de interesses com a Argentina são essenciais para manutenção do grau de autonomia do Brasil no sistema internacional. A manutenção da autonomia do Brasil frente o sistema internacional passa pela discussão quanto a questão militar na América do Sul, assunto polêmico, mas que o país terá de enfrentar. Qualquer discussão nesse sentido passa pela ouvida da Argentina evitando assim causar preocupações ante uma possível corrida armamentista na região. A proposta de uma política de segurança comum conduzido pelos dois países poderia ter importante significado estratégico ao Brasil e a região. Segundo as palavras de Samuel Pinheiro Guimarães (2006):

[...] “a questão militar é de suma importância para o processo de integração Brasil-Argentina e para o Mercosul, considerando o passado e os justos ressentimentos quanto ao autoritarismo militar e a possibilidade de competição e tensão regionais que decorreriam de hipotéticas corridas armamentistas no cone Sul e da constante pressão externa de grande potências pelo desarmamento unilateral da região”.

¹¹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo, Ática, 1992, p. 386.



O processo de globalização deu novo rumo ao projeto de desenvolvimento, o país, até esse momento, ainda não privilegia uma reforma social, condição para se estabelecer um grande mercado interno, o que nos leva a uma maior dependência de investimentos externos e à impossibilidade de se adquirir uma autonomia mais expressiva, restrição essa que perdura desde a independência do Brasil até os dias de hoje.

Nos anos 90 o processo de conquista de uma maior autonomia sofre pesadas baixas. O governo Collor, por exemplo, promoveria a impressão de uma capacidade de atuação mais autônoma e de determinação na execução de um programa de uma inserção competitiva na economia mundial. Na verdade o Consenso de Washington, cuja adoção integral passaria ser exigida aos países latino americanos como pré-requisito para candidatarem-se à renegociação da dívida externa e para conseguirem financiamentos internacionais, condicionava qualquer margem de manobra mais ousada do Brasil. Cabe lembrar que o momento era de plena recessão e não houve preocupação de se buscar contrapartidas para os produtos brasileiros nos mercados externos nem de dotar o país de um mecanismo de salvaguardas em relação as chamadas práticas desleais de comércio de nossos competidores.

O Brasil ao longo dos governos Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva dará continuidade a uma política externa que buscará no sistema internacional espaços de articulação, mas ainda encontrando condicionantes a um desenvolvimento mais rápido. Ao longo desses governos o Brasil sofre de forte dependência de investimentos externos e os montantes, apesar de consideráveis, não são suficientes para se alcançar o desenvolvimento desejado em um país do porte do Brasil. A opção por um sistema fechado como o Chinês esta fora de cogitação para o Brasil que ao longo de sua história identifica-se com o sistema capitalista ocidental.



Grande parte das soluções para o encaminhamento de nosso desenvolvimento e com isso a conquista de maior autonomia passa por questões além das sistêmicas e que também são fundamentais para qualquer nação madura. Parte dessa solução está no Brasil uma vez que a elite brasileira continua a não ter sensibilidade em relação à importância estratégica da necessária diminuição da desigualdade social do país na busca pelo desenvolvimento. Da mesma forma, os tomadores de decisão não vislumbram uma reforma educacional apropriada a gerar massa pensante de alto nível com responsabilidade para pensar o Brasil. Há necessidade de capacitação de profissionais aptos a conduzirem os objetivos da nação em diferentes fóruns.¹² Portanto continuamos com o problema da autonomia-vulnerabilidade. Maria Regina Soares de Lima detecta bem esse grave problema no Brasil quando afirma:

*[...] “Ainda que o produto nacional bruto brasileiro possa estar próximo aos países industrializados, o país não possui o necessário poder de compra ou de venda para influenciar os padrões de investimentos, produção, intercâmbio no plano mundial. A natureza contraditória da política externa expressa os constrangimentos impostos pela divisão internacional do trabalho, assim como pela heterogeneidade estrutural da formação social brasileira”.*¹³

A autora também salienta que o Brasil possui uma economia razoável e tem outras opções não necessariamente tendo que buscar um alinhamento automático com o parceiro mais importante, no caso os Estados Unidos. A discussão dessas opções é fundamental para a política externa brasileira. O Brasil de hoje assimilou as novas realidades do sistema internacional incorporando novos valores. A emergência desses novos valores liberais, como independência, autodeter-

¹² Não vamos no esquecer que até pouco tempo atrás o Brasil recorria a escritórios norte americanos para defender o Brasil na Organização Mundial do Comércio devido a falta de negociadores especializados em comércio internacional no Brasil.

¹³ SOARES de Lima Maria Regina, Opt. Cit. P.11.



minação dos povos, cooperação ajuda o Brasil, que sempre esteve à frente na sustentação desses ideais. Desta maneira, isto coloca o país em uma relativa boa posição. A sustentação desses valores e a participação do Brasil na elaboração dos regimes internacionais é fundamental ao nosso país na busca por mais autonomia. O que muito bem Gelson Fonseca Jr. chama de “autonomia pela participação” é a fórmula ideal para o Brasil conquistar maiores espaços o plano mundial hoje.¹⁴

O tipo “universalista” na condução da política externa brasileira para busca de uma maior autonomia é bem vindo, pois corresponde com suas bases. O problema é que os tomadores de decisão deverão ter sensibilidade para enxergar brechas que o sistema oferece. Robert Jervis (1975) salienta bem essa questão. Segundo o mesmo para um melhor entendimento da capacidade de se processar informações e se ter uma correta percepção dos fatos na política internacional a importância do meio psicológico, que é o mundo em que o ator se vê, e o meio operacional, que é o mundo onde a política será desenvolvida são essenciais para a avaliação da percepção do indivíduo. No processo de tomada de decisões sobre política internacional, às vezes, um erro sob a avaliação e a percepção de um determinado momento pode-se levar a perda de todos os objetivos previamente estabelecidos.¹⁵

É muito difícil dizer se hoje somos mais autônomos do que em relação à época do sistema internacional bipolar. Em alguns momentos da bipolaridade o Brasil, apesar da rigidez sistêmica ousou em determinadas questões quando percebeu o momento ideal para avançar no grau de autonomia.

¹⁴ FONSECA, Gerson. **A Legitimidade e outras questões internacionais**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

¹⁵ JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton University Press, New Jersey, 1975, p.4-57.



Hoje a política externa brasileira é respeitada e possui credibilidade nos fóruns internacionais. A conquista dessa credibilidade não foi fácil apesar da tradição da diplomacia brasileira no debate jurídico político. A participação brasileira nos organismos internacionais e na constituição dos regimes internacionais é condição imprescindível na busca por maior autonomia do país. Portanto a manutenção de um sistema multipolar é o ideal.

A adesão do Brasil a qualquer regime da-se pela participação. O Brasil precisa envolver-se na articulação dos grandes quanto à fixação desses regimes procurando ao máximo influir para que os mesmos não venham a constranger o seu desenvolvimento. O Brasil em diversas ocasiões soube bem conduzir essas oportunidades ao longo de sua história, Rio Branco, Osvaldo Aranha, Ruy Barbosa, Araújo Castro dentre outros foram grandes articuladores e estrategistas. O Brasil tem tradição normativa e será por meio dessa tradição que talvez hoje ganhe mais espaços de manobras nos fóruns internacionais.

O mundo de hoje apresenta-se definido por regras e nenhuma dessas regras é constituída de forma neutra. Segundo Christian Réus-Smit (2004) no mundo de hoje os Estados desenvolvem instituições não somente como solução funcional aos problemas da cooperação, mas também como expressões de concepções dominantes de legitimação e ação.

Devemos considerar hoje que os estados estabelecem uma esfera legal na qual a política de poder e os interesses também estão subordinados aos argumentos referencial-normativo. Atualmente a corrosão dos paradigmas da lógica de Westfália se aprofunda ainda mais, em razão de dois fenômenos que abalam o conceito tradicional de soberania; de um lado a necessidade e também os dilemas da cooperação intergovernamental, que decorre da diminuição do campo que anteriormente se incluía na esfera de jurisdição doméstica exclusiva do Estado, e se explica historicamente pela impossibilidade do estado atender a suas necessidades numa base exclusivamente individual e territorial.



A observação e influencia no desenho institucional que rege as relações internacionais de hoje será fundamental ao Brasil. O Brasil pela suas características naturais com um território continental, grande população e economia relativamente importante deve procurar exercer um papel protagonista.

Apesar das diferentes visões da futura geometria de poder percebe-se que o Brasil é visto com um futuro importante no sistema internacional. O nosso maior constrangimento é estar na área de influencia da única superpotência existente. Com isso o país deverá ter o cuidado para articular-se de forma a não causar atritos com os Estados Unidos - o que não significa aceitar a condição de subordinado.

A diversidade em nosso relacionamento externo é a nossa chave para porta do desenvolvimento mais autônomo. Nossas prioridades geopolíticas estão condicionadas ao hemisfério e ao nosso entorno, mais precisamente a América do Sul. Mas também não podemos nos esquecer da importante aproximação com outras regiões continentais. Uma política de barganha com a União Europeia talvez ainda possa ser aproveitada, pois a mesma aposta na integração do Cone Sul ou da América do Sul como um todo vis-à-vis a diminuição da influencia americana na região.

Qualquer tentativa de reivindicação de soberania absoluta na América do Sul colocará o Brasil em situação delicada. Mais uma vez a nossa autonomia passa pela aproximação político estratégica com a Argentina. Segundo Lafer (2001) o Brasil pode ser um bom articulador de consensos já que vem a algum tempo construindo uma presença internacional na base da confiança que deverá ser expressa pela coerência.¹⁶

¹⁶ LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro.** São Paulo, Perspectiva, 2001.



O debate sobre a política militar precisa ser assimilado e revisado. Esse debate não pode ser desconsiderado em um país com as proporções continentais do nosso país. Apesar dos constrangimentos que pode nos causar a aproximação com a Argentina nessa área poderia nos trazer importantes conquistas.

Por fim, observamos que o Brasil sempre buscou no contexto histórico um maior grau de autonomia. Essa autonomia só será possível se formos capazes de desenvolver no plano interno uma poupança interna, uma maior distribuição de renda, incorporando no mercado nacional os milhões de excluídos seja como produtores seja, sobretudo, como consumidores efetivos, aí sim teremos capacidade e ousadia para se buscar o devido respeito frente a nação brasileira. A conquista de espaço na ordem internacional passa diretamente pela resolução do desequilíbrio social no Brasil. A elite política e econômica do país, apesar de alguns avanços, parece ainda não compreender a importância dessa questão para o futuro do Brasil. Ao longo de muitos anos houve completo desprezo pelo problema do desequilíbrio social no país o que causou estragos irreversíveis. Não resolvemos o problema do aprimoramento dos níveis de excelência na educação básica e secundária para grande parte da população. Essas transformações são fundamentais e tem reflexos importantes ante a possibilidade de inserção estratégica do país no sentido de obter maior respeito da comunidade internacional e assim ter maior legitimidade para reivindicar um espaço mais autônomo no sistema internacional. A busca pelo desenvolvimento está condicionada a imaturidade da elite brasileira em não querer pensar o futuro do Brasil de forma mais imediata.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, Sonia de. **Autonomismo e Democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior**. São Paulo, Convívio, 1988, p. 48.
- CASTRO Araújo. **Revista de Segurança e Desenvolvimento**, ADESG-ESG, 1971, Rio de Janeiro, p. 65.
- CERVO, Amado. BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo, Ática, 1992, p. 386.
- LAFER. Horácio. **Discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores em 4 de agosto de 1959**. Ministério das relações Exteriores/departamento de imprensa Nacional, 1961, 83.
- LAFER, Celso. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo, Perspectiva, 2001.
- FONSECA, Gerson. **A Legitimidade e outras questões internacionais**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. **Novos Desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social**. Política externa, v. 10, n.1, Paz e Terra, 2001, p. 69.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na era dos Gigantes**. Rio de Janeiro, Contraponto. 2006. 455 p.
- JAGUARIBE, Hélio. **O Nacionalismo na Atualidade Brasileira**, Textos Brasileiros de política, Rio, 1958, 247 p.
- JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton University Press, New Jersey, 1975, p. 4-57.
- LIMA, Maria Regina Soares. **A Economia Política da Política Externa Brasileira: uma proposta de análise**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, n. 12, 1990, p. 8.
- QUADROS, J. **A nova política Externa do Brasil**, Revista Brasileira de Política Internacional, v. 4, n. 1, 1962:150-156 9. O artigo foi publicado originariamente na revista Foreign Affairs na edição de outubro de 1961.



RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan. **El lugar de Brasil em la política exterior argentina**. Buenos Aires. Fondo de Cultura Económica, 2003. 121 p.

SMILT-REUS, Christian. **The Politics of International Law**. Cambridge. Cambridge University Press. 2004. 324 p.

